

DISCURSO DO MINISTRO CARLOS FRANÇA
POR OCASIÃO DA ABERTURA DO II CICLO DE
CONFERÊNCIAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA,
DA FUNAG – "A DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO"

10 DE SETEMBRO DE 2021

Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"

Muito obrigado, Embaixadora, por me conceder a palavra. Eu queria inicialmente agradecer ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Dr. Flávio Roscoe Nogueira, pela oportunidade de estar aqui hoje neste evento. Agradeço o convite. O senhor sabe, Dr. Flávio, me recordo da sua posse. Eu trabalhava na ocasião no Cerimonial da Presidência da República para o Embaixador Pompeu Andreucci, que era o chefe de cerimonial, e eu acompanhei o Presidente Temer a Belo Horizonte, em 2018, por ocasião da sua bonita e prestigiada posse. É uma alegria renovada para mim poder estar hoje aqui neste evento. Queria, claro, cumprimentar a presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, Embaixadora Márcia Loureiro, também o chefe do Escritório de Representação do Itamaraty em Minas Gerais, Embaixador Paulo Wangner. Queria cumprimentar o Diretor Consultivo e Presidente do Conselho de Política e Mercado Internacional da FIEMG, o Dr. Fabiano Soares Nogueira, e também o chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Governo de Minas Gerais, meu amigo, meu colega, o Primeiro-Secretário Juliano Alves Pinto. Cumprimento também a chefe da Assessoria Estratégica Internacional da FIEMG, Martha Lassance, e as senhoras e senhores que nesse momento aqui me escutam.

É motivo de alegria para mim participar da abertura desse segundo ciclo de conferências sobre a política externa brasileira, inici-

ativa conjunta da Fundação Alexandre Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Por si só, o ciclo demonstra não apenas o crescente interesse sobre o papel do Brasil no exterior, mas também a importância da interação público-privada para o crescimento e a prosperidade de nosso país.

Elegi para essa apresentação um claro exemplo do potencial dessa interação e que está na vanguarda do conhecimento e nos traz imensas oportunidades. É a Diplomacia da Inovação, que é uma vertente do nosso trabalho no Itamaraty em prol da projeção internacional do Sistema Brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação. A diplomacia da inovação implica também uma inovação na diplomacia. Desenvolvemos novas formas de ação para apoiar e para projetar nossas ciências e nossas tecnologias. Para aumentarmos nossa competitividade - acho que competitividade é uma palavra-chave - é preciso lançar-se ao mundo. É preciso buscar a internacionalização e ganhar escala. É preciso testar nossos modelos de negócio e dispor de acesso a insumos e a tecnologias de ponta.

Me permito traçar aqui algumas considerações sobre o panorama da inovação no Brasil. Quais são os nossos pontos fortes nesse panorama de inovação? Quais são os gargalos que nós temos que enfrentar? Atualmente, no Brasil, investimos cerca de 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, sendo o

Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"

setor público responsável por cerca de metade desses gastos, 49%. Em comparação, nos países desenvolvidos gasta-se, em média, 2,4% do PIB em ciência e tecnologia, o dobro do que nós gastamos, com o setor público nesses países desenvolvidos, respondendo por cerca de 20 a 30% desse montante. Nossa meta, portanto, é atingirmos, de forma semelhante, a proporção de 30% de investimentos públicos e 70 por cento de investimentos privados no Brasil em pesquisa e em desenvolvimento.

É preciso, portanto, facilitar investimentos do empresariado brasileiro em inovação tecnológica e criar estímulos que o induzam a ver a inovação como um caminho incontornável para a conquista de mercados externos. Me parece, Presidente Flávio, que a Fiemg já reconheceu essa necessidade com seu Centro de Inovação e Tecnologia, que mantém em cooperação com o Senai, e que representa um caminho promissor para várias áreas comerciais em Minas e também nos demais estados da federação. De fato, o Brasil dispõe de bons números em termos de pesquisa científica. As publicações brasileiras representam 2% da produção mundial e 48% da produção latino-americana. Somos, portanto, líderes na região e 13º lugar em nível mundial.

No campo específico da inteligência artificial, estamos entre os dez primeiros países em produção científica ao longo dos últimos 40 anos. No entanto, o problema a ser superado é a transformação do conhecimento científico

em ganhos econômicos. Somos apenas o 62º país mais inovador do mundo, de acordo com o índice Global de Inovação 2020, editado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Devemos, portanto, aperfeiçoar o nosso ecossistema de inovação.

O crescimento acelerado do número de unicórnios brasileiros mostra a dimensão desse potencial. Em 2017, ano em que tive a honra de chefiar a divisão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Itamaraty, chamada de DCTEC – naquela época, hoje mudou de sigla – surgiu o primeiro unicórnio brasileiro: um aplicativo de transporte. Atualmente, o Brasil possui vinte e três unicórnios. Em 2019 geramos mais unicórnios do que Índia e Israel. Não é à toa, portanto, que o número de *startups* brasileiras saltou de cerca de 3 mil em 2015 para mais de 13,7 mil em 2021. Somente nos seis primeiros meses deste ano, em 2021, as *startups* brasileiras captaram mais de 5 bilhões de dólares em investimentos. Um valor que é 50% superior ao que foi registrado em todo o ano de 2020. Em sintonia com a importância da inovação, o Presidente Bolsonaro sancionou em 1º de junho deste ano o marco legal das *startups*. A nova legislação flexibiliza as regras para investimentos e agiliza o registro de patentes.

Nesse universo, eu quero destacar três áreas em que o Brasil se tem mostrado competitivo e que têm contribuído para fortalecer a

**Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do
II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"**

marca Brasil no exterior: agropecuária, finanças e saúde. São as chamadas *agritechs*, as *fintechs* e as *healthtechs*.

Sobre as *agritechs*. Começamos agora então pela agropecuária. O Brasil conseguiu tornar-se a potência agroindustrial de hoje graças à aplicação sistemática ao longo dos últimos 50 anos da pesquisa e do conhecimento tecnológico à produção. No meu discurso de posse, eu disse que quem importa alimentos do Brasil, importa tecnologia e essa é hoje a mais pura verdade. Do universo de *startups* brasileiras, cerca de 1,6 mil são consideradas *agritechs*, 40% delas concentradas em aplicações "depois da fazenda", como em alimentos inovadores, novas tendências alimentares, plataformas de negociação e logística.

Seus nichos de atuação se estendem do comércio de carne e leite de soja de baixo carbono a aplicativos para cálculo de emissões de empreendimentos agropecuários. Atualmente, nosso país conta com 740 *startups* nacionais com impacto significativo em práticas ESG, ou seja, com benefícios ambientais, sociais ou de governança corporativa. De modo similar, cresce o número de fundos de investimento com foco em *startups* e ESGs, dos quais captaram 2,5 bilhões de reais em 2020. O crescimento acelerado dessas *startups* no Brasil comprova o compromisso do nosso

agronegócio com o desenvolvimento sustentável, um elemento essencial para nossa expansão em mercados internacionais.

Sobre as *fintechs*. O Brasil também é competitivo no setor de *fintechs*. São empresas que preenchem lacunas do mercado financeiro e proporcionam serviços a grande parcela de brasileiros que estavam previamente excluídos do sistema bancário. Em 2021, um unicórnio brasileiro dessa área foi o primeiro a atingir a valorização de 10 bilhões de dólares, tornando-se, como se diz, o primeiro "decacórnio" brasileiro.

Sobre as *healthtechs*. As *startups* de saúde constituem a terceira vertente de grande expansão registrada no Brasil. Em 2015, o Brasil tinha apenas 17 *startups* atuantes na área da saúde. Hoje são mais de 500. Para ser mais exato, 542 registradas. Nosso país conta com ambientes de inovação, como incubadoras e aceleradoras tecnológicas exclusivamente dedicadas a oferecer o apoio necessário à criação e ao crescimento de empresas tecnológicas da saúde.

Muitas das nossas *healthtechs* atuam na fronteira do conhecimento, em áreas como pesquisa genômica e inteligência artificial aplicada à saúde. Diversas aceleradoras brasileiras lançaram iniciativas relacionadas à pandemia e mais de 50 *healthtechs* brasileiras atuam diretamente no combate à COVID-19. Em momento no qual o mundo busca maior

**Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do
II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"**

segurança sanitária global e empreende esforços para contenção de novas pandemias no futuro, é essencial trabalharmos para que essas empresas disponham de condições cada vez melhores de acesso e participação no mercado internacional.

Falo um pouco agora sobre a atuação do Itamaraty. De que maneira o Itamaraty tem buscado fazer a diferença diante dessa evolução das *startups* brasileiras? Para começar, trabalhamos em estreita parceria com o Sistema Brasileiro de Ciência Tecnologia e Inovação em suas ações no exterior. Esse trabalho conjunto é crucial para a projeção externa da cultura de inovação que existe no Brasil, a fim de ampliar parcerias internacionais e captar novos investimentos. Podemos dividir a atividade de promoção tecnológica em três grupos: o primeiro grupo baseado em ações no plano bilateral, entre o governo brasileiro e governos de outros países; o segundo é o plano regional-multilateral também, com forte componente governamental, no sistema das Nações Unidas, dos BRICS – os presidentes ontem se reuniram em uma cúpula, ainda que virtual –, na OCDE e no G20 e também no MERCOSUL, dentre outros organismos internacionais; e, mais recentemente, um terceiro grupo que envolve maior interação com a iniciativa privada e com o meio acadêmico.

Sobre o grupo bilateral, o plano bilateral. A diplomacia da inovação, no plano bilateral,

envolve firmar e implementar acordos de cooperação, como os que assinamos no governo do Presidente Bolsonaro com Israel e Áustria, bem como o entendimento sobre áreas específicas, como o que firmamos com o Japão na área de grafeno e nióbio. São instrumentos que aprofundam a cooperação tecnológica internacional do Brasil, porque estabelecem um arcabouço jurídico que permite projetos conjuntos no setor. Em 2020, o Itamaraty pôde realizar, apesar da pandemia, reuniões virtuais de mecanismos bilaterais com os Estados Unidos, com a Suécia, com Alemanha e Reino Unido. Neste ano de 2021, já nos reunimos com a União Europeia, Canadá, Noruega e Argentina e temos a previsão de, até o final do ano, discutir o fortalecimento de nossa cooperação em ciência, tecnologia e inovação com a República da China, com a Suécia, com a Coreia do Sul, Países Baixos, Reino Unido, Espanha e Suíça. Não é pouco em tempo de pandemia. Além disso, o Itamaraty tem promovido diálogos sobre tecnologias emergentes com grandes parceiros, como os Estados Unidos, a União Europeia, a Alemanha, o Reino Unido e o Canadá. São diálogos, Dr. Fabiano, que tratam de trabalho conjunto de inteligência artificial, de proteção de dados e regulamentação envolvendo uma estreita coordenação do Itamaraty com órgãos e entidades, como, por exemplo, a Agência Nacional de Proteção de

**Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do
II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"**

Dados (ANPD), a rede MCTI-Embrapii e centros de pesquisa o que contribui para a internacionalização desses órgãos.

É importante sublinhar aqui o engajamento da diplomacia brasileira na expansão da conectividade de fibras óticas com os países de nossa região, com a Europa e também com a Ásia. Nesse terreno, o Brasil já se associou ao projeto do cabo Transpacífico Humboldt, que conectará a América do Sul à Oceania e Ásia, por meio do Chile, e está engajado em impulsionar o recém-inaugurado Cabo EllaLink, promovendo a conectividade entre a Europa e a América do Sul por meio de cabos de alta capacidade. De modo similar, temos também promovido missões para tratativas na área de 5G com países que detêm a proeminência nessa tecnologia. Perdão, países como a Finlândia, a Suécia, o Japão, a China, a Coreia do Sul, os Estados Unidos e a Itália.

No plano multilateral, a diplomacia da inovação envolve, por exemplo, intensificar a presença do Brasil nos mecanismos da OCDE voltados a políticas públicas de tecnologia e digitalização da economia. No governo do Presidente Bolsonaro, o Brasil aderiu a dez instrumentos da OCDE nas áreas de transformação digital e de Ciência, Tecnologia e Inovação. Igualmente no âmbito da OCDE, o Brasil contribuiu ativamente para as negociações das recomendações da OCDE sobre

inteligência artificial, instrumento do qual decorreu a parceria global sobre inteligência artificial e a qual o Brasil aderiu em 2020 como membro. O Brasil passa a atuar na formação de parâmetros internacionais para pesquisa e desenvolvimento da inteligência artificial, o que dará melhores condições para promover parcerias entre nossos centros de pesquisa com contrapartes no exterior.

Já no âmbito do G20, o Itamaraty participa ativamente da força tarefa da economia digital, que envolve discussões sobre parcerias entre as 20 grandes economias em áreas como uso ético da inteligência artificial, digitalização dos negócios, segurança cibernética e fluxos transfronteiriços de dados. No âmbito regional, estamos engajados com agendas de tecnologias digitais do MERCOSUL e da agenda digital da América Latina e Caribe a (eLAC). O Brasil liderou as negociações do acordo de reconhecimento mútuo de certificados de assinatura digital do MERCOSUL e vem promovendo a integração digital entre os países do nosso continente, a América do Sul.

A diplomacia brasileira também promove a cooperação internacional nos esforços de digitalização dos serviços públicos no GovTech. O Brasil está, de acordo com a OCDE, entre os países com maior grau de digitalização dos serviços públicos no mundo. No BRICS, a cooperação em ciência, tecnologia e inovação continua a ser um dos pilares para o fortalecimento da cooperação entre o Brasil, a Rússia,

**Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do
II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"**

Índia, China e África do Sul. Em 2020, o grupo apoiou projetos de pesquisa para enfrentar a pandemia de COVID-19. O Brasil é o único país dos BRICS que participa de todos os projetos aprovados em cinco áreas: novas tecnologias de diagnóstico, vacinas e medicamentos, sequenciamento genético dos vírus, inteligência artificial aplicada a medicamentos, vacinas, tratamentos e também de estudos para avaliar a sobreposição do coronavírus e outras doenças, por exemplo, como a tuberculose.

Nosso foco de atuação da diplomacia da inovação, portanto, veja Dr. Flávio, é pragmático e centrado em gerar melhorias concretas na vida dos brasileiros. Acho que essa é uma contribuição muito clara que o Itamaraty procura dar. Quer dizer, é uma atuação buscando o resultado. Nós buscamos, portanto, orientar a execução de ações de promoção tecnológica do Brasil no exterior em linha com programas como a política nacional de inovação, a estratégia brasileira de transformação digital e a estratégia brasileira de inteligência artificial. Do mesmo modo, nós procuramos também atrair *startups* para os ambientes promotores de inovação no Brasil, de modo que o país seja reconhecido como um polo de inovação regional e mundial.

Gostaria de abrir um pequeno parêntese aqui, uma pequena digressão para dizer que isso já começa a ser visto realmente pelos outros países. Eu tenho recebido aqui, apesar de

estar no Itamaraty há apenas cinco meses, várias consultas de países da região como, por exemplo, o Panamá, cuja Chanceler nos procurou recentemente e, através da Agência Brasileira de Cooperação, busca montar uma missão de *startups* panamenha que querem vir ao Brasil conhecer, por exemplo, o Porto Digital do Recife, o ecossistema de inovação em São Paulo, o polo de São José dos Campos; podemos pensar também levá-los a Minas Gerais, ao Centro Tecnológico de Itaipu; enfim, o Brasil passa a ser reconhecido como polo de inovação capaz de irradiar esse dinamismo também no nível regional e mundial.

São parcerias, eu diria, que exigem confiança, pois são projetos de longa maturação e essa confiança passa pela correta percepção do potencial parceiro estrangeiro em relação às capacidades do ecossistema brasileiro de inovação. A identificação ou criação dessas oportunidades pelo diplomata exige do profissional das Relações Exteriores uma nova gama de habilidades. Exige especialização, exige conhecimento não apenas do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, mas também dos ecossistemas brasileiros de inovação. É um novo vocabulário, é uma nova cultura a cultura da inovação a que o Itamaraty se associa. Alguns diplomatas já vêm prontos para isso, como o nosso querido Juliano, mas outros aqui, como eu, tiveram que aprender quando chegaram lá na Divisão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"

Muito bem, sobre o Programa Diplomacia da Inovação. Desde 2017, nós reunimos aqui no Itamaraty as ações de promoção tecnológica da rede de postos do Brasil no exterior. O que é a rede de postos do Brasil no exterior? É justamente a malha de missões diplomáticas das embaixadas, repartições consulares, nossos vice-consulados, consulados, nos consulados gerais, todos de carreira, as representações que o Brasil mantém junto aos organismos internacionais e também aos organismos internacionais especializados no exterior. Todos esses postos, que nós chamamos de rede de postos do Brasil no exterior, dos escritórios de representação, claro, nos estados, como é o caso do escritório que chefia o embaixador Paulo Wangner.

Enfim, toda essa malha de repartições consulares, missões diplomáticas, representações – Escritórios de Representação do Brasil –, todos congregados em torno do que chamamos Programa de Diplomacia da Inovação. Como tudo aqui no Itamaraty tem uma sigla, chamamos então o Programa de Diplomacia da Inovação de PDI. O PDI é executado evidentemente não por todos os postos da rede, mas por 55 unidades – postos – no Brasil e no exterior em que nós temos setores dedicados desses setores específicos que prestam apoio a cientistas e empreendedores brasileiros. São os chamados setores de ciência, tecnologia e inovação, ou SECTECs. São

as nossas antenas para identificar oportunidades e estabelecer relacionamentos. Possuem conhecimento dos mercados locais para promover parcerias entre centros de pesquisas, ambientes de inovação, pesquisadores, prospectar informações de inteligência, apoiar a internacionalização de empresas tecnológicas e mobilizar a diáspora científica brasileira no exterior, em prol da formação de conexões com o Brasil. O número de atividades do PDI de 2017 até 2020 praticamente dobrou a cada ano, com seis em 2017, 19 em 2018, 48 em 2019 e 81 em 2020. O senhor veja, Presidente, foi só eu sair da DCTEC em 2017 que começou a melhorar. No último ano, vale salientar, a maioria das ações do PDI teve lugar na Ásia. Mas é sinal também de que a semente que a gente plantou, Conselheiro, foi bem plantada aqui – está aqui o atual chefe da DCTEC aqui ao meu lado – e deu frutos graças ao seu trabalho, Embaixador Sarquis, e toda a equipe. É justamente nos mercados não tradicionais e em rápido crescimento que a atuação do setor pode trazer mais valor agregado.

Imaginemos, por exemplo, duas *startups*: uma querendo internacionalizar-se para Portugal e outra, por exemplo, para a China. Quanto mais distante da nossa realidade local for a língua, a cultura e o ambiente regulatório, maior será a importância do apoio de nossa representação diplomática. Em mercados não tradicionais, nós temos programas que vêm

**Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do
II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"**

atingindo ótimos resultados, como o de Incubação Cruzada, pelo qual *startups* brasileiras passam tempo em determinado país, com o objetivo de conhecer os mercados, clientes, investidores e parceiros, para depois recebermos *startups* estrangeiras que ficam incubadas em nossos ambientes de inovação. Começamos essa ação em 2019 com a Índia e já estendemos para África do Sul neste ano. Somente com a Índia realizamos, em 2020, na área de *fintechs*, cinco webinários no âmbito do Programa de Diplomacia da Inovação, PDI, com atores importantes seja do setor público, no caso aqui, seja com o Banco Central do Brasil, o exemplo, seja do setor privado, com unicórnios dos dois países. Neste ano de 2021, o Programa de Diplomacia da Inovação apoia, pelo segundo ano consecutivo, a organização de estande brasileiro e a participação de *startups* na feira GITEX Future Stars, que acontecerá em outubro em Dubai, de onde hoje nos assiste nosso querido Juliano Pinto. Nas edições de 2019 e 2020, duas *startups* brasileiras venceram a competição para *startups*, justamente. Trabalhamos assim para aportar valor à internacionalização de nosso sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em conjunto com parceiros nacionais e estrangeiros.

O programa *Start Out Brasil*, por exemplo, é uma iniciativa conjunta do Ministério da Economia, da Apex-Brasil, que é um braço do Ministério das Relações Exteriores, da muito

ativa Anprotec e do inextinguível Sebrae, dirigido pelo mineiro Carlos Melles, que capacita nossas *startups* para o mercado externo. Uma das iniciativas do PDI é a série "mapeamentos de ambientes promotores de inovação no exterior", que será lançada ainda este ano. Trata-se de um estudo, Presidente Flávio, que contribuirá para estratégias de internacionalização do sistema nacional de inovação, que oferecerá informações sobre fundos de investimentos internacionais, parques e incubadoras tecnológicas, além de mapear desafios e oportunidades que as empresas de tecnologia encontrarão em diferentes países. Ainda neste ano de 2021, o Itamaraty também lançará estudos sobre mercados específicos, como o do ecossistema de *agritechs*, de *fintechs* e *healthtechs* em países como África do Sul, Argentina, Austrália, Colômbia, Coreia do Sul e Países Baixos.

Mobilizamos igualmente a nossa rede de postos no exterior para elaborar estudos sobre tecnologias quânticas, a fim de identificar os principais interlocutores internacionais nesse campo e contribuir para nossas políticas públicas em setores estratégicos. Por meio do PDI, o Itamaraty tem trabalhado para implementar diretrizes estratégicas, como na produção de grafeno e nióbio. Em seguimento à manifestação de interesse em cooperar nessas áreas, apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro ao primeiro-ministro do Japão, foi celebrado em janeiro deste ano um memorando de

**Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do
II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"**

cooperação no campo de tecnologias relacionadas à produção e ao uso de nióbio e grafeno acompanhado de um seminário sobre grafeno com instituições de referência brasileiras e japonesas. Para novembro deste ano, prevê-se a realização de um outro webinar, desta vez sobre tecnologias com nióbio para energia limpa, em parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, a CBMM.

A diplomacia da inovação também significa fomentar o debate sobre ações de política externa relacionadas à inovação tecnológica. Mês passado, em agosto desse ano portanto, o Itamaraty organizou, em parceria com o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, um webinar para debater a associação do Brasil à Organização Europeia de Pesquisa Nuclear, CERN. Trata-se nada menos de trabalhar pelo acesso do Brasil a um dos maiores centros de pesquisa no mundo. E, quando integrarmos a organização, nossos pesquisadores terão acesso a instalações, tecnologias e capacidades entre as mais avançadas do mundo. O exemplo da CERN é emblemático. Não se limita à cooperação científica e abrange também abertura para negócios. A associação brasileira trará a possibilidade de incluir nossas empresas nas licitações para materiais e serviços da organização. Por exemplo na construção do Laboratório Brasileiro de luz *síncrotron* de quarta geração, o Sirius, localizado na cidade de Campinas, onde grande parte dos componentes foi fornecida pela indústria nacional.

Temos capacidade, assim, de fornecer equipamentos de alta tecnologia para o mercado interno e também para outros parceiros no exterior.

As atividades do PDI não se resumem a temas, eu diria "complexos", como a aceleração de partículas ou computadores quânticos. Fazendo uso do alcance global do Itamaraty, está em curso uma campanha mundial na área de jogos eletrônicos: a *Brazilian Game Week*, que é coordenada pela embaixada do Brasil em Tóquio e desenvolve uma campanha que abrange 28 postos no exterior e nos parece bastante promissora. O mercado de games, sabem os senhores, responde por cerca de 175 bilhões de dólares ao ano. Vou até repetir: 175 bilhões de dólares ao ano. Isso é acima do valor conjunto da indústria de cinema, do *streaming* de vídeos e da música digital. É um grande mercado. Isso é mais um exemplo do dinamismo de nossos postos no exterior, nossas embaixadas, consulados, representações para identificar nichos em rápida expansão, que geram oportunidades aqui dentro que no Brasil para a iniciativa privada brasileira.

Neste ano de 2021, no âmbito do PDI estão planejadas mais de 120 atividades das quais cerca de metade – 61 – já foram realizadas em 46 cidades de 31 países, com a expectativa de impactar mais de 6 mil pesquisadores e empreendedores. Peço um pouco mais de paciência dos senhores, já nos encaminhamos aqui para conclusão, para dizer

**Discurso do Ministro Carlos França por ocasião da abertura do
II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa, da FUNAG – "A diplomacia da inovação"**

que, graças a esse amplo conjunto de iniciativas do qual o Brasil tem orgulho de participar, nós temos conseguido que o nosso país seja, aos poucos, associado a soluções tecnológicas em áreas de fronteira do conhecimento.

Isso resulta, de um lado, do talento e da perseverança de cientistas e empresários brasileiros e, do outro, do esforço de promoção que associa o setor público e a iniciativa privada. Uma parceria sempre promissora como demonstra esse segundo ciclo de conferências sobre política externa que hoje se inicia. Muitas empresas inovadoras de todo o mundo estão atentas ao potencial de nosso país.

O Google já havia escolhido São Paulo como sede de seu primeiro escritório na América Latina e para o Google Campus, ao que se seguiu à instalação de escritórios do Uber, do Airbnb e do Instagram. Queremos e vamos atrair mais centros de pesquisa e desenvolvimento para cá. Trabalhamos para isso. O ecossistema brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação amadureceu e junto com ele a atuação do Itamaraty também amadureceu nesse campo. Nosso trabalho aqui, Presidente Flávio, soube adaptar-se, experimentando, aprendendo e ganhando escala com nossa rede de setores de ciência, tecnologia e inovação nas embaixadas e consulados do Brasil espalhados pelo mundo. O objetivo dessas ações é o mesmo: aproximar governo, academia, setor privado e sociedade civil para projetar no exterior o potencial de nossos ecossistemas

de inovação, fortalecendo a sua competitividade em tecnologias de ponta. Ampliar o alcance da marca Brasil e, acima de tudo, gerar ganhos e benefícios concretos para a população brasileira.

Foi uma alegria muito grande me dirigir aqui nesse momento às senhoras e aos senhores. Ao senhor Presidente Flávio e à Presidente Márcia Loureiro o meu agradecimento. Muito obrigado.

